Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

ORIGINAL ARTICLE

PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO JURUÁ-AM[1]

Profile of family farming in Alto Juruá-AM

Irenildo Costa da Silva
Instituto Federal do Amapá, Brasil
irenildo.silva@ifap.edu.br

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
Universidade Federal do Amapá, Brasil
afilocreao@gmail.com

Recebido: 25/02/2025
Aceito: 17/03/2025

Resumo
Este artigo tem o objetivo de analisar o perfil social, econômico, ambiental, político e cultural da agricultura familiar praticada na região do Alto Jurá-AM. As análises fornecem informações sobre a dinâmica da realidade da vida dos agricultores, o que é importante para balizar reflexões e auxiliar na orientação de políticas públicas que visem o desenvolvimento rural. Na coleta de dados foram utilizados os mecanismos de observação, entrevistas e aplicação de formulários. São várias as problemáticas que atingem as famílias agricultoras na região, o que foi constatado nas precárias e insuficientes condições de acesso à educação, saneamento, energia elétrica, saúde, comunicação, transporte entre outras. O panorama da realidade demanda, com urgência, programas e políticas públicas que proporcionem os serviços básicos, com qualidade adequada, e que considerem as particularidades locais. A vida política foi a que menos apresentou possibilidade de análise, uma vez que é de baixa dinâmica na região. De maneira geral, os agricultores retiram da terra, da floresta e do rio os recursos para suprir as necessidades de suas famílias.

Palavras–chave: Amazônia, agricultura familiar, produção, estado do Amazonas.

Abstract
This article analyses the social, economic, environmental, political and cultural profile of family farming in the Alto Jurá region of Amazonas. The analyses provide information on the dynamics of the farmers' lives, which is important for guiding reflections and helping to guide public policies aimed at rural development. Observation, interviews and application of forms were used to collect data. Several problems affect farming families in the region, including precarious and insufficient access to education, sanitation, electricity, health, communication, and transportation. The panorama of reality urgently demands programs and public policies that provide adequate quality and basic services, considering local particularities. Political life was the one that presented the least possibility of analysis, since it is not very dynamic in the region. In general, farmers take the resources from the land, the forest and the river to meet the needs of their families.

Keywords: Amazon, family farming, production, state of Amazonas.

[1] A pesquisa teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazona-FAPEAM, por meio de projeto aprovado no edital nº 003/2020-PAINTER.

Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

1. INTRODUÇÃO

É do conhecimento de muitos que as atividades de pesquisa têm o seu grau de desafio aumentado quando se trata da Amazônia, , sendo mais crítico nas áreas rurais da região, quando se considera as limitações de acesso, o que tem provocado o baixo conhecimento da realidade dos fatos nos aspectos da vida social, econômica, política, cultural e ambiental das populações que habitam esses locais.

Esse cenário tem contribuído para as incertezas e fragilidades das ações de políticas públicas quanto à efetividade das mesmas nessas áreas, uma vez que o baixo conhecimento da realidade de tais locais tem levado a generalizações, o que tende a tomar por igual as dinâmicas sociais, quando na verdade não são, podendo ocorrer, sim, proximidades nas realidades, mas não igualdade, como se os locais renegassem a existência de particulares e especificidades.

Tal circunstância pode explicar o não sucesso de muitas ações de investimentos e políticas, as quais por muitas vezes pontuam apenas uma área (especialmente a econômica), sem levar em consideração outros aspectos da vida social que precisam estar articulados para que as expectativas e objetivos sejam alcançados. Tal fato também explica a insatisfação de muitos gestores e formuladores de políticas públicas, e até mesmo de pesquisadores, os quais por muitas vezes não compreendem o porquê do não desenvolvimento e consolidação de planos estratégicos para o área rural, o qual é composto por uma diversidade de sujeitos.

A região do Alto Juruá, localizada no sudoeste do estado do Amazonas, quase no limite com o estado do Acre, configura-se como um exemplo de espaço na Amazônia sobre o qual não se tem, praticamente, conhecimento sobre a dinâmica da realidade do área rural, onde as atividades de pesquisa são escassas. A enorme distância do Alto Juruá com a capital do estado, assim como de outros centros urbanos, somados às condições de difícil acesso, são fatores limitantes para o desenvolvimento de estudos na região, o que tem provocado baixo conhecimento sobre a dinâmica de vivência dos agricultores e suas problemáticas.

No área rural do Alto Juruá estão situados 4.484 estabelecimentos da agricultura familiar, ocupados por 15.518 pessoas. Os agricultores se dedicam à produção de culturas permanentes e temporárias, assim como realizam a criação de alguns animais como bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, galinhas, ovinos e suínos. Dentre a produção rural tem-se o milho, mandioca, feijão arroz, cana-de-açúcar, café, açúcar mascavo, laranja, mamão, manga, abacate, abacaxi, abóbora, banana, pupunha, cupuaçu, fumo, goiaba e

ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

melancia. Ainda, os agricultores praticam o extrativismo (andiroba, madeira e açaí) e a pesca artesanal (PTDRS, 2007; IBGE, 2017). A região não foge à regra do contexto amazônico, com municípios pequenos que sobrevivem, economicamente, de atividades primárias, típicas do área rural (Lobão; Staduto, 2019).

Devido a distância e difícil acesso aos grandes centros urbanos na Amazônia, a agricultura familiar praticada no Alto Juruá é de grande relevância para o contexto local, principalmente quando se considera sua característica associada à policultura (Picolotto, 2014), o que possibilita a oferta de alimentos diversificados. Isso contribui para a menor dependência externa em relação a determinados gêneros alimentícios, os quais, devido aos maiores custos com logística e transporte, tendem apresentar preços elevados, o que pode restringir o acesso e consumo por parte da população.

Para além da terra, a agricultura familiar praticada na Amazônia também usa o rio como meio fundamental de (re)produção; bem como realiza o extrativismo como atividade essencial (Silva, 2023). De acordo com Wanderley (2009), a agricultura familiar pode ser definida como aquela praticada por famílias que são proprietárias dos meios de produção e que também assumem o trabalho na agricultura. O caráter familiar influencia em todo o processo produtivo (Silva, 2014).

No Amazonas, a agricultura familiar representa 70.358 estabelecimentos agropecuários de um total de 80.959, o que equivale a 87% dos estabelecimentos. Ela abrange 40% das terras e é responsável pela ocupação de 243.828 pessoas, o que significa 91% dos postos de trabalhos gerados no área rural (Meneghetti; Souza, 2015; IBGE, 2017). Segundo Pereira (2015), a agricultura familiar representa a metade das riquezas produzidas pelo setor primário do Amazonas. Esses números revelam significativa participação da agricultura familiar como fonte de ocupação no área rural, fato que contribui para a produção de alimentos no estado.

Nesse contexto, este artigo apresenta-se como pertinente para analisar o perfil social, econômico, ambiental, político e cultural da agricultura familiar praticada no Alto Juruá, uma vez que esta região tem limitações quanto ao desenvolvimento de pesquisas, o que tem contribuído para o baixo conhecimento da dinâmica de vivência dos agricultores e suas problemáticas. Apresenta-se um recorte temporal da realidade das famílias e da produção local.

A pesquisa é um avanço para contribuição na leitura e conhecimento do perfil da agricultura familiar do Alto Juruá. Que os resultados possam influenciar na formulação de programas e políticas públicas que visem o desenvolvimento socioeconômico e produtivo

ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

da agricultura familiar, assim como representem contribuições no avanço de conhecimentos científicos sobre a região.

2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, tomou-se como método de pesquisa as avaliações quali-quantitativas, por meio das quais foram analisados vários aspectos relacionados ao cotidiano das famílias, envolvendo questões da vida social, econômica, ambiental, política e cultural. As análises permitiram realizar considerações importantes acerca da permanência, manutenção e reprodução das famílias ao longo dos anos nos seus espaços de vivência e produtivos.

No perfil social foi avaliada a educação, moradia, saúde e bens domésticos dos agricultores proporcionados pelos resultados das atividades nos sistemas de uso da terra; no econômico, foram analisados os resultados econômicos dos sistemas e as receitas das famílias; no perfil ambiental a avaliação recaiu sobre a condição de conservação do meio, como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução; no político, as análises foram em torno do processo de organização dos agricultores nas suas relações produtivas e com o externo e; no perfil cultural foram analisados os conhecimentos, os valores e práticas dos agricultores quanto à maneira de exploração dos seus sistemas.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio do uso dos mecanismos de observação, entrevistas, aplicação de formulários e máquina fotográfica. Foram registradas as coordenadas geográficas de 95 comunidades rurais no Alto Juruá, as quais estão situadas entre a sede do município de Envira e a sede do município de Guajará, com percurso sobre os dois principais rios da região, o Tarauacá e o Juruá, conforme apresentado na figura 1.

No total, foram entrevistados 101 agricultores. Entretanto, considerando os familiares dos entrevistados, a pesquisa teve abrangência de 475 pessoas. A coleta de dados foi realizada entre dezembro de 2021 e março de 2022. Ao todo, ocorreram 7 viagens a campo. É importante ressaltar que as entrevistas ocorreram com o responsável do grupo familiar, o que proporcionou informações com mais detalhes sobre os questionamentos realizados em campo.

Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

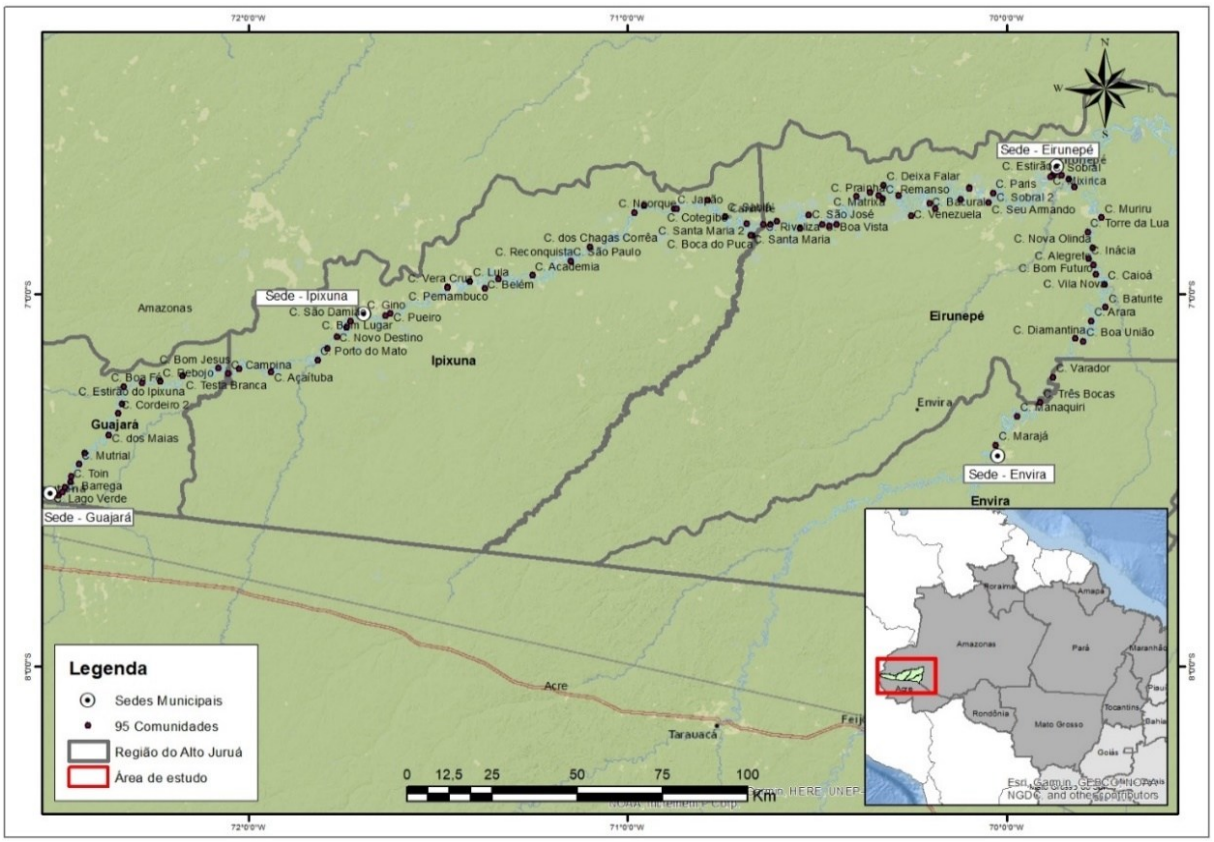

Figura 1 – Comunidades ao longo dos rios Tarauacá e Juruá na região do Alto Juruá-AM.
Fonte: Pesquisa de campo (2021,2022).

3. O ALTO JURUÁ

A região do Alto Juruá está localizada na porção sudoeste do estado do Amazonas, no limite com o estado do Acre, com o qual tem interação e relação mais intensa (figura 2). A extensão territorial da região é de 42.165,349 km^2. Ela é formada por quatro municípios: Eirunepé, Envira, Ipixuna e Guajará. A população é de 88.482 habitantes, dos quais 33.587 residem nos espaços rurais. A densidade demográfica compreende 2 hab./km^2 (IBGE 2010; 2021). É uma região de difícil acesso e com baixo grau de integração com o restante do estado do Amazonas.

Não há transporte diário para chegar na região. O transporte fluvial é, praticamente, local. Por sua vez, o acesso aéreo ocorre em um itinerário de três vezes por semana, saindo da capital, e tem como base um aeroporto no município de Eirunepé. De maneira geral, o transporte aéreo é bem limitado em virtude dos valores, os quais não são acessíveis para grande parte da população. Existe também a possibilidade de transporte aéreo a partir do Acre, em aeronaves com capacidade para dez pessoas (Silva, 2023).

Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

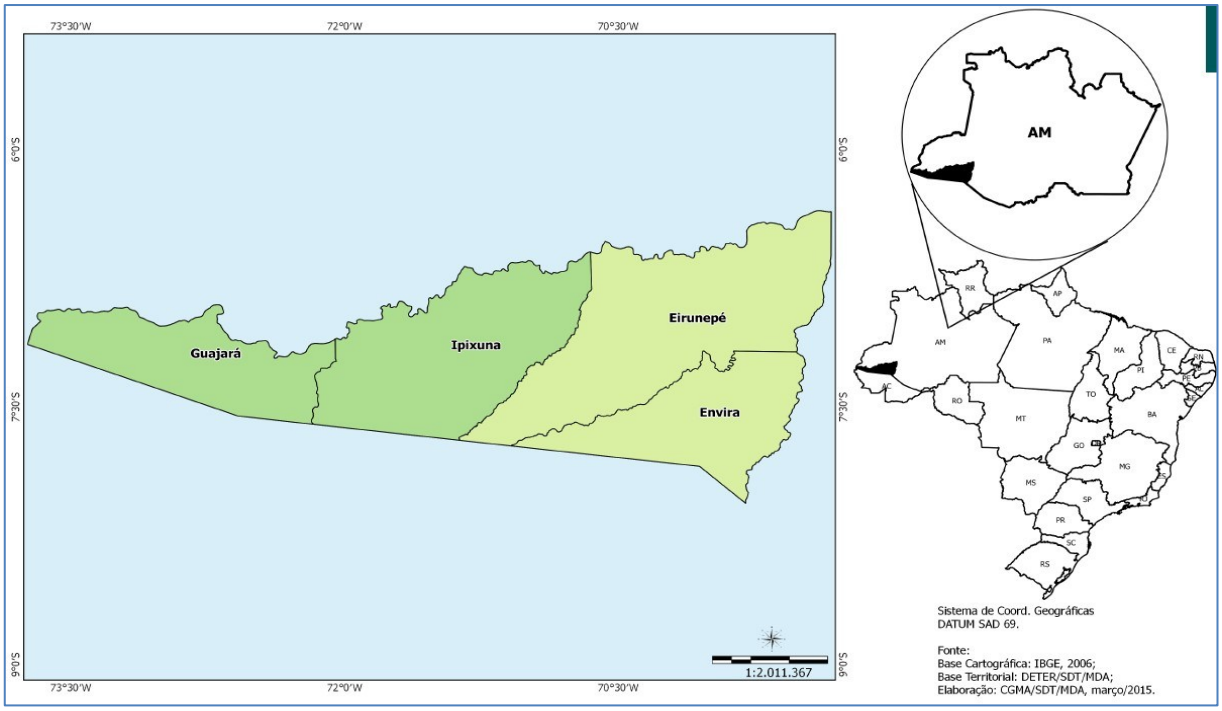

Figura 2 – Localização da região do Alto Juruá no estado do Amazonas.
Fonte: SDT, 2015.

Dentro da própria região, o transporte também é complicado, com escassas possibilidades de linhas de transporte fluvial entre os municípios. No cenário rural, é muito comum no transporte o uso de embarcações “tipo rabeta”, as quais são pequenas e sem cobertura. O tempo de percurso entre uma extremidade e outra (Envira até Guajará) tem duração de 96 horas de barco, sendo entre 15 e 20 dias se a viagem for até Manaus (PTDRS, 2007). Os rios da região são muitos sinuosos e estreitos.

O Alto Juruá apresenta um dos piores IDHM do estado, com média de 0,52 (PNUD, 2010). Os serviços públicos e infraestruturas (energia elétrica, saneamento básico, pavimentação entre outros) são precários na região, sendo mais crítico nas áreas rurais, as quais recebem de maneira muito deficiente os serviços fundamentais para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida das pessoas (Silva, 2023).

Nas áreas rurais, as famílias estão concentradas em comunidades ou localidades. As primeiras são caracterizadas por apresentarem cinco ou mais casas. Abaixo desse quantitativo as concentrações são consideradas localidades. Embora raro, é possível encontrar casas isoladas das comunidades e localidades. Predomina na construção das casas, tipo palafita, o uso de madeira nas paredes e pisos, e na cobertura, o uso de telhas do tipo Brasilit. As comunidades, , possuem pontes, em condições precárias, interligando as casas (Figura 3).

Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

Figura 3 – Panorama de uma comunidade na região do Alto Juruá-AM.
Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Para além das comunidades e localidades, também existem as concentrações denominadas vilas. Estas são poucas, apenas três, e são formadas por mais de 30 casas. A maior é a Vila Pernambuco, possuindo em torno de 280 residências, e está localizada no município de Ipixuna. É a maior concentração rural da região, onde se tem ruas e a utilização de automóveis. As demais vilas, União e Deixe Falar, ambas localizadas no município de Eirunepé, não apresentam o perfil da Vila Pernambuco em termos de infraestrutura.

É comum a existência de casa de farinha de uso coletivo, geralmente uma por comunidade ou localidade, assim como é comum encontrar pequenos galinheiros ou chiqueiros. Nas vilas existem pequenos engenhos para o beneficiamento de cana-de-açúcar. O deslocamento entre as comunidades ou até a sede municipal ocorre pelos rios, com a utilização de embarcações pequenas, tipo “rabeta” que são utilizadas tanto para o transporte de pessoas quanto no escoamento da produção.

4. PERFIL SOCIAL

Do total de entrevistados, 46,53% são do sexo masculino e 53,47% do sexo feminino. A média é de 5 pessoas por grupo familiar, sendo a média de 3 pessoas do sexo masculino e de 2 pessoas do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou entre 20 e mais de 60 anos, sendo que 17,82% apresentam idade entre 20 e 30 anos, 33,66% entre 31 e 40, 20,79% entre 41 e 50, 16,83% entre 51 e 60 e 10,89% têm mais de 60 anos (Figura 4).

Os resultados evidenciam a existência de uma população jovem na região do Alto Juruá. Destaca-se que 51,48% dos entrevistados apresentam idade igual ou menor que 40

Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

anos, sendo pessoas em idades de condições e vigor físico para os mais variados trabalhos demandados na agricultura, os quais, em muitos casos, exigem bastante esforço físico. Os dados encontrados, em termos de idade, não se diferenciam muito do contexto regional dos espaços rurais na Amazônia, cuja média da faixa etária encontra-se entre 40 e 60 anos (Vasconcelos, 2008; Freitas, 2008; Silva, 2010; 2014).

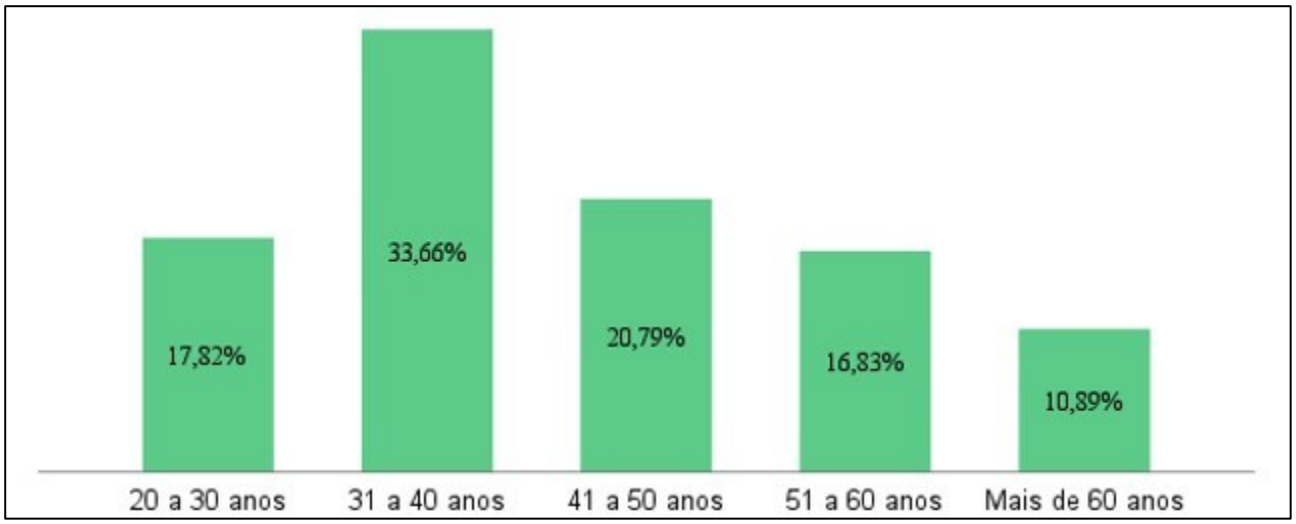

Figura 4 – Faixa etária dos entrevistados na região do Alto Juruá-AM.
Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

No que diz respeito à religiosidade das famílias, observou-se que a maioria (58,42%) é praticante do catolicismo, 34,65% são evangélicos e 6,93% relataram não praticar nenhum tipo de religião. Esses dados evidenciam, assim como outros estudos já realizados na Amazônia, a predominância do catolicismo na vida das pessoas (Silva, 2010; 2014). As atividades e interações intermediadas por meio da questão religiosa proporcionam parte da dinâmica social e cultural na região, não se restringindo apenas aos momentos de cultos e celebrações religiosas, sendo realizados dentro desse contexto ações para ajudar algum necessitado, principalmente em termos de saúde, quando são propostos bingos, rifas ou torneios de futebol.

Quando analisada a escolaridade dos agricultores, constatou-se o baixo nível de formação escolar. Esta análise é relevante porque tem relação com o processo de compreensão, entendimento e com as tomadas de decisões diárias (Ribeiro; Andrade, 2018). O nível de instrução escolar influencia em vários aspectos da vida e apresenta-se, segundo Crisóstomo (2019), como um importante elemento para indicar o grau de desenvolvimento socioeconômico de um indivíduo ou de uma sociedade.

Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

A pesquisa constatou que somam 71,28% os agricultores que não sabem ler e nem escrever que não estudaram (mas sabem ler e escrever) e que possuem apenas o ensino fundamental incompleto. O dado mostra uma realidade delicada em termos de educação no Alto Juruá. O IDH-M educação na região é muito baixo, com média de 0,367 (PNUD, 2010). Nos espaços rurais, , é ofertado até o ensino fundamental I. Outro problema sério é o transporte escolar, o qual é inseguro, sendo realizado em embarcações sem cobertura e pequenas, do tipo “rabeta”. Poucas são as exceções. Para avançar nos estudos, os alunos precisam buscar oportunidades na sede de cada município.

Em se tratando de acesso à saúde, o cenário preocupa. Praticamente, só as vilas contam com um pequeno posto de saúde, mas sem atendimento médico diário. Os medicamentos nas unidades se resumem a remédios para hipertensão e diabetes. Para casos de atendimento urgente é preciso realizar o deslocamento para a sede municipal mais próxima. Esse cenário, , é característico das áreas rurais da Amazônia, especialmente, em comunidades remotas e ribeirinhas, as quais não têm atendimento regular e adequado para as necessidades de saúde básica (Pucciarelli, 2018).

Umas das estratégias para atender as demandas de saúde dos espaços rurais no Alto Juruá são as unidades básica de saúde fluvial, com a existência de uma em cada município. Nelas são realizadas as chamadas “ações” que além da oferta de atendimento médico também realizam a emissão de documentos pessoais. Entretanto, as “ações” ocorrem, no máximo, duas vezes durante o ano e somente quando o rio está “cheio”, condição em que é possível a navegabilidade da unidade fluvial. Cada comunidade tem um agente comunitário de saúde, o qual fornece “hipoclorito” para o tratamento de água e medicamentos básicos para hipertensão, diabetes, dores e febre.

Quando analisado o acesso à energia elétrica, observou-se que são muitas comunidades que não dispõem de atendimento 24 horas. Essa situação contribui para restringir a qualidade de vida dos agricultores, os quais são limitados para a compra de determinados equipamentos e eletrodomésticos que podem provocar benefícios em diversos aspectos da vida. Segundo Cardoso e Oliveira (2013), o acesso à energia elétrica configura-se como um fator importante para o desenvolvimento local, contribuindo para o bem-estar das pessoas e na produção.

As comunidades que não têm acesso à rede de energia elétrica utilizam geradores. O uso destes é coletivo e as famílias se reúnem para a compra de combustível e manutenção dos equipamentos. De maneira geral, os geradores são ligados por cerca de 3 horas durante o dia, das 18 às 21 horas. As condições dos geradores são precárias e as

Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

limitações financeiras das famílias comprometem a compra de combustível e a manutenção dos equipamentos em várias comunidades.

Um quadro muito preocupante é o abastecimento de água para o uso doméstico na região. De maneira geral, a água utilizada para consumo é retirada diretamente do rio, sendo apenas realizado o processo de adição de hipoclorito e decantação em pequenos recipientes. Observou-se que o abastecimento com água encanada ocorre, de forma pontual, nas vilas. A coleta da água da chuva para consumo também ocorre, embora realizada por poucas famílias. A água do rio tem contato com os dejetos humanos e dos animais criados pelas famílias, com mais intensidade no período de “cheia”.

Mesmo sendo um direito universal (Santos 2022), o acesso à água potável no Alto Juruá segue negligenciado. Uma das alternativas para tentar amenizar essa situação é o tratamento da Solução Alternativa Coletiva Simplificada de Tratamento de Água para o Consumo Humano - SALTA-z, uma tecnologia da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Esse tratamento utiliza técnicas convencionais de tratamento de água, reunidas em uma estrutura simplificada, o que possibilita água potável para o consumo humano. Entretanto, ficou constatado que tal alternativa ainda cumpre seu objetivo em apenas uma comunidade, embora já tenha funcionado em muitas outras, restando apenas os vestígios de estrutura e materiais usados no projeto. A falta de planejamento na instalação das estruturas e da manutenção dos filtros são os principais motivos para a não continuidade da alternativa.

No que se refere aos meios de comunicação, as comunidades são, praticamente, isoladas, sem qualquer tipo de rádio comunicador ou sinal de telefonia. As exceções são as comunidades próximas de cada sede municipal e a vila Pernambuco. As comunidades do município de Eirunepé chegaram a experimentar o uso de telefone tipo “orelhão”, mas uma enchente ocorrida em 2021 danificou as baterias que foram instaladas próximas ao solo, deixando inoperante, praticamente, todos os equipamentos. Segundo Godoy (2020), os meios de comunicação e dispositivos digitais são importantes para o desenvolvimento rural, pois permitem a inclusão digital e democratização da informação ao agricultor.

5. PERFIL ECONÔMICO

A receita mensal das famílias pesquisadas varia de menos de um salário até três salários-mínimos. Para 69,31% das famílias as receitas são de até um salário, 23,76% obtêm receitas entre 1 e 2 salários, 2,97% entre 2 e 3 salários e 3,96% não souberam informar a receita mensal. É muito relevante pontuar que a formação da receita familiar, com poucas exceções, inclui o recebimento de benefícios sociais (aposentadorias, pensões

Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

e bolsas), os quais contribuem significativamente para o montante mensal. Foi contatado a ocorrência de agricultores que exercem atividades remuneradas (contratos temporários e diárias) fora do estabelecimento.

As receitas, , não ultrapassam três salários-mínimos, o que tem limitado o orçamento das famílias na região. Quase 70% das famílias alcançam receitas de até um salário. Entretanto, é interessante pontuar que parte significativa do que é consumido na alimentação é produzido pelas famílias como hortaliças, farinha de mandioca, pescado entre outros. O dinheiro obtido da comercialização do excedente que é produzido pelos agricultores é necessário para comprar itens que a natureza não consegue oferecer de imediato (Moura, 1978; Filocreão, 2007), como roupas, remédios entre outros.

A principal fonte de receita para 38,61% das famílias é a agricultura, seguida pelo recebimento de benefícios sociais, aposentadorias, pesca, trabalho assalariado e pensões (Figura 5). Para mais de 50% dos entrevistados, as práticas produtivas não representam a principal fonte de receita. Embora a agricultura não seja a principal fonte, ela é desenvolvida por todas as famílias. O que se constatou foi a variação no tempo dedicado para tal atividade.

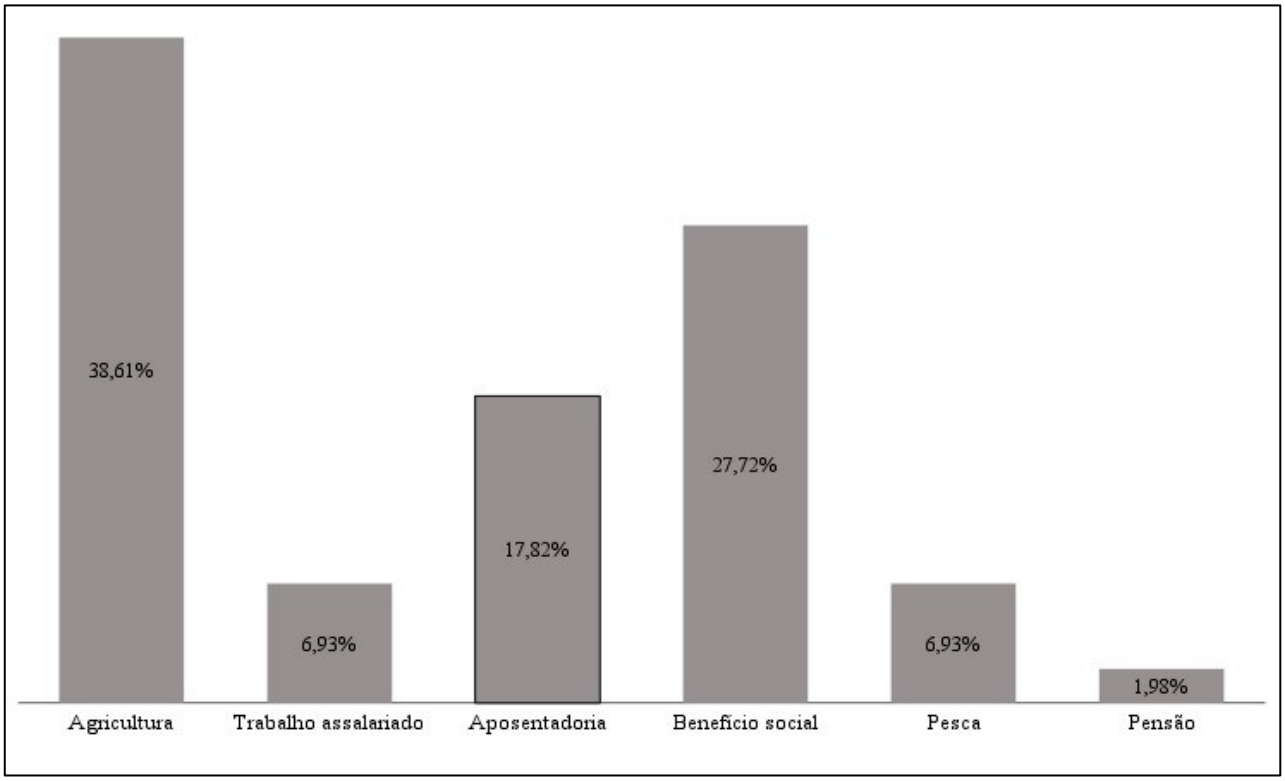

Figura 5 – Origem da maior parte da receita dos agricultores na região do Alto Juruá-AM.
Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

A análise dos resultados permite inferir que as receitas obtidas somente da agricultura não conseguem atender, , as demandas necessárias para a sobrevivência dos agricultores e seus familiares. O recebimento de benefícios sociais e aposentadorias tem sido de grande representação para a sobrevivência das famílias. Apenas 10,89% dos entrevistados relataram que conseguiriam sobreviver bem somente com as receitas obtidas com atividades desenvolvidas na agricultura.

No Alto Juruá são característicos os cultivos de mandioca, macaxeira, milho, melancia, jerimum, maxixe, banana e feijão. De maneira geral, os cultivos são de ciclo curto e ocorrem às margens dos rios durante o período de “seca”. Segundo os agricultores, os cultivos em tais áreas são estratégicos, pois recebem nutrientes deixados na “praia” durante a “cheia”, não necessitando de adubação. Além dos cultivos já citados, também podem ser encontrados a produção de cana-de-açúcar, tabaco, cacau, abacaxi, hortaliças e culturas perenes (cupuaçu, caju, biribá, abacate dentre outras).

A cultura da mandioca destaca-se como a principal. As comunidades, em maior ou menor quantidade, realizam a produção de farinha, a qual é significativa para a geração de receita e alimentação das famílias. Essa cultura é uma das mais importantes para a população da Amazônia, principalmente por sua característica de rusticidade e grande capacidade de adaptação em diversas condições, mesmo que desfavoráveis, de solo e clima (Silva; Soares, 2023), e pelas múltiplas formas de aproveitamento no ramo alimentício (Carvalho, 2016).

A comercialização da produção ocorre por meio de cinco canais: a venda no próprio local (para atravessadores), para cooperativa/associação (casos raros), para empresa (cacau), para pequenos comércios e no porto de cada sede municipal. Segundo Silva (2021), a comercialização é um momento muito esperado pelos agricultores, pois os resultados desta possibilitam as projeções de investimentos e as análises de demandas por determinados produtos, bem como o acesso a produtos de consumo familiar ou de uso na manutenção das atividades agrícolas. O porto de cada sede é o canal de comercialização mais frequentado pelos agricultores.

Para além da produção rural são realizadas atividades de pesca e extrativismo, especialmente do açaí, as quais acontecem de maneira mais intensa durante o período de “cheia” do rio, quando a produção na agricultura reduz bastante. O açaí apresenta maior expressão de produção nas comunidades próximas de cada sede municipal. Fora desse contexto, a comercialização é, praticamente, inviabilizada em decorrência dos elevados custos de logística e da baixa demanda de mercado, o que não estimula a compra de açaí

ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

nas comunidades distantes. A produção rural no Alto Juruá está concentrada no período em que os agricultores denominam de “seca” ou verão, entre os meses de junho e janeiro.

6. PERFIL AMBIENTAL

No perfil ambiental foram analisadas questões como erosão do solo, uso do fogo nas atividades agrícolas, uso e aplicação de agrotóxicos e uso de tratores. Quanto à erosão, entende-se que a forte presença desse fenômeno pode inviabilizar a continuidade dos sistemas, provocando, até mesmo, o abandono do estabelecimento, uma vez que os solos não poderão ser utilizados para a agricultura (Silva, 2014). Quando os agricultores indicaram que o solo começou a ser levado pela água das chuvas, considerou-se baixo nível de erosão. Quando indicado que a erosão presente atrapalha, mas permite atividades nas áreas, considerou-se média erosão. O nível foi considerado alto a partir da indicação do não uso de determinadas áreas para o cultivo em decorrência do processo de erosão.

Em 3,96% dos estabelecimentos pesquisados a erosão foi considerada alta, em 7,92% média, em 15,84% baixa e em 72,28% dos estabelecimentos não foi constatado processo de erosão dos solos. A análise dos resultados permite considerar que o fenômeno da erosão não tem provocado, de maneira significativa, problemas que afetam a reprodução das atividades na agricultura, as quais, quando não bem manejadas, podem se configurar como propiciadoras da erosão, deixando os solos expostos a esse processo.

Embora o uso do fogo seja uma prática cultural entre os agricultores familiares na Amazônia (Silva; Suzuki, 2022), entende-se que a não utilização de queimadas é muito importante para a manutenção dos fatores ecológicos (floresta, cursos de água entre outros). De acordo com Nepstad et. al. (2005), se o fogo, por um lado, é tido como uma técnica mais barata e fácil para limpeza de áreas na agricultura, por outro, afeta negativamente a biodiversidade e a dinâmica dos ecossistemas, além de favorecer o processo de erosão e deteriorar a qualidade do ar, o que pode provocar impactos muitas vezes irreparáveis no meio e na saúde dos agricultores. Na região do Alto Juruá 50,50% dos agricultores utilizam o fogo frequentemente no preparo de áreas (Figura 6).

A questão que deve ser bem pontuada quanto ao uso do fogo pelos agricultores faz referência ao fato de que tal prática é utilizada em pequenas áreas, para limpeza de um “roçado”, o qual, muitas das vezes, não passa de 2 hectares. Além do mais, como é uma prática cultural, pode-se inferir que ela continuará sendo utilizada pelos agricultores, pois não se pontua entre eles alternativas que possam substituir tal prática de limpeza. É

Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

importante ressaltar que o uso do fogo acontece apenas uma vez por ano e, principalmente, em áreas de terra firme. Nesse sentido, o uso é frequente porque o fazem todos os anos.

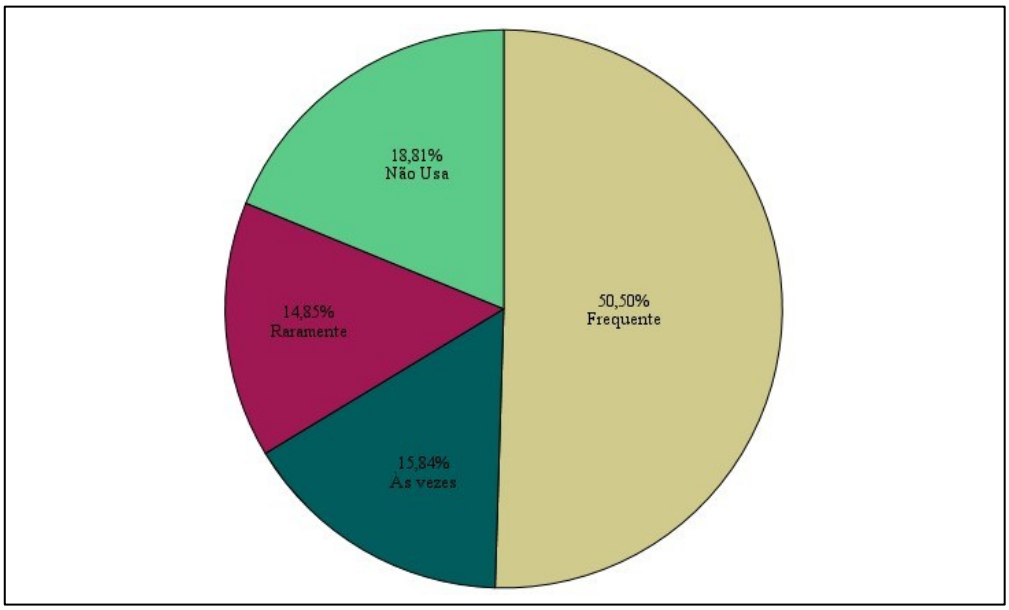

Figura 6 – Uso do fogo para limpeza de áreas na região do Alto Juruá-AM.
Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Quanto ao uso e aplicação de agrotóxicos, observou-se que em 8,91% dos estabelecimentos pesquisados o uso é frequente. Por outro lado, 72,28% não utilizam esses produtos em suas atividades. Embora os agrotóxicos possam, em curto prazo, possibilitar aumento na produção, em médio e longo prazo podem provocar sérios problemas para a saúde dos agricultores, custos elevados de produção, contaminação do solo, da água e do ar, além da presença de resíduos nos produtos, levando consequências para a saúde dos consumidores (Hurtienne, 2004).

Segundo Silva e Filocreão (2016), o uso de agrotóxicos representa um perigo tanto do ponto de vista ambiental (contaminação dos solos, cursos de água, fauna entre outros) quanto da saúde humana (alimentos contaminados). Na região, o uso é frequente na produção de hortaliças para evitar ataques de doenças e pragas de forma generalizada. Fora desse contexto, a utilização de tais produtos, segundo os agricultores, resume-se ao combate e controle de formigas.

Quando analisado o uso de tratores na região, constatou-se, que tal uso é praticamente inviável nos terrenos em virtude da condição da geografia e dos solos instáveis, o que é característico da área de várzea. Se por um lado o trator é um mecanismo que pode contribuir para maior produtividade e produção, a partir da análise econômica, por outro, a partir do aspecto ambiental, ele pode provocar sérios impactos no terreno,

ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

principalmente no que diz respeito à compactação dos solos, provocando a baixa aeração e infiltração dos solos, resultando muitas das vezes na redução de fertilidade dos mesmos (Silva, 2014).

A utilização de tratores foi constatada apenas em duas comunidades, as quais praticam o cultivo de cana-de-açúcar como cultura principal. O uso é comunitário, sendo intenso no período de colheita. Encontra-se em operação um trator em cada comunidade e em condições precárias em termos de manutenção. Em virtude da limitação, os agricultores fazem rodízio e cada família tem o seu dia de uso para realizar suas atividades. No auge da produção de cana-de-açúcar operavam sete tratores. Atualmente, são apenas dois. A baixa demanda pelo Gramixó, espécie de açúcar mascavo, apresenta-se como uma das explicativas para tal redução e situação de precariedade.

7. PERFIL POLÍTICO

A avaliação do perfil político foi importante para investigar a presença e atuação de grupos organizados dos agricultores na região, pois parte-se do entendimento de que a presença e atuação de associações, sindicatos ou cooperativas configura-se como primordial para a continuidade da reprodução das famílias agricultoras e, por consequência, dos sistemas produtivos (Silva, 2014). Os grupos organizados são importantes na representação dos agricultores e nos processos de diálogos com agentes externos, visando a busca por melhorias das condições socioeconômicas e produtivas da comunidade (Rocha et. al. 2018).

São raras as comunidades que têm grupos organizados constituídos formalmente. De maneira geral, os agricultores são representados por um sindicato da agricultura familiar constituído no âmbito municipal e pelas cooperativas, denominadas de colônia de pescadores. Os sindicatos ou as colônias são demandados, praticamente, para a emissão de documentos que são apresentados no processo de aposentadoria e para o pedido e acesso ao seguro defeso. Embora não exista grupos formalmente organizados em todas as comunidades, tem-se uma representação local, a qual é escolhida em comum acordo entre os agricultores.

A colônia de pescadores constitui a principal representação, uma vez que a afiliação em tal entidade é requisito obrigatório para que os agricultores tenham acesso ao seguro defeso. Ainda que estejam associados, os agricultores relataram que não participam de reuniões ou outro tipo de interação no âmbito da dinâmica do grupo. Em decorrência de

ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

casos de má gestão e administração de associações na região há resistência e uma visão de descredibilidade por parte dos agricultores no papel das representações. A pesquisa constatou a fragilidade da atuação de grupos organizados no Alto Juruá, mesmo em meio ao potencial que podem representar para o desenvolvimento rural.

8. PERFIL CULTURAL

A análise em tal perfil buscou investigar e compreender as experiências dos agricultores para a manutenção das suas práticas produtivas. No geral, os agricultores têm experiências na agricultura, pesca e extrativismo desde criança, recebendo conhecimentos que foram repassados pelos pais, dos quais foram incorporando e acumulando técnicas sobre práticas agrícolas, trato dos animais e serviços domésticos (Marin, 2018). São poucos os casos (5%) daqueles que não aprenderam desde criança a trabalhar na agricultura. Os agricultores são de origem da própria região e conhecem bem o ritmo da floresta, do rio, do tempo de plantio e da natureza.

Uma das análises realizadas no perfil cultural diz respeito à ocorrência de troca de conhecimentos entre os agricultores sobre como realizar suas práticas produtivas. Segundo Silva (2021), a troca de conhecimentos é importante para dar continuidade às estratégias de produção, quando, por exemplo, um agricultor pode suprir a necessidade do outro diante de certos obstáculos em termos de experiência com determinados cultivos, especialmente, quando estes são recém-adotados. Observou-se que 62,38% dos entrevistados trocam conhecimentos e que os diálogos envolvem as estratégias que os agricultores desenvolvem para darem continuidade às suas atividades.

Foi avaliado também se as práticas produtivas têm dificultado a participação e socialização dos agricultores e seus familiares em eventos realizados na região. Entende-se que a socialização entre os agricultores é um fator importante no fortalecimento das relações sociais, o que pode contribuir significativamente para a troca de conhecimentos e outros saberes relacionados às atividades na agricultura e outros assuntos. Do total de entrevistados, 19,80% relataram que somente em dia de muito trabalho, especialmente no período de colheita, não conseguem participar em eventos ou comemorações. Os demais revelaram que os trabalhos não dificultam quando querem participar.

Em decorrência da distância entre as comunidades, e considerando o fato de que muitas destas são pequenas, observou-se que são escassas as ocorrências de eventos ou comemorações festivas na região. Segundo os entrevistados, os eventos se resumem,

Caderno de Geografia (2025) v.35, n.80
ISSN 2318-2962
DOI 10.5752/p.2318-2962.2025v35n.80p.270

praticamente, na realização de torneios de futebol e algumas atividades realizadas pelas igrejas, datas religiosas e bingos beneficentes. De maneira geral, as atividades comemorativas e festivas são de baixa ocorrência nas comunidades rurais do Alto Juruá.

Outra questão analisada no perfil cultural diz respeito ao nível de dificuldade que os agricultores têm para manter a produção e reprodução das práticas produtivas. Tal questionamento levou em consideração a experiência dos agricultores, investimentos econômicos, mão de obra e comercialização. Para Silva e Filocreão (2016), um alto nível de dificuldade pode ser uma indicação para mudança de cultivos praticados ou, em situação mais extrema, para o abandono dos trabalhos na agricultura. Dos entrevistados, 23,76% têm muita dificuldade para manter a produção, 50,50% pouca dificuldade, 8,91% raramente e 16,83% não indicaram nenhuma limitação nesse sentido.

Diante de certas limitações produtivas, mais especificamente durante o período de “cheia” do rio, os agricultores desenvolvem estratégias para seguir o processo de reprodução. Eles realizam suas atividades de acordo com a dinâmica da natureza, direcionando esforços para a pesca e o extrativismo durante a “cheia” do rio, e para os cultivos durante a “seca”, quando aproveitam os nutrientes depositados às margens do rio, em um ciclo que vai se renovando naturalmente. Para evitar a perda de animais durante as alagações os agricultores constroem pequenas balsas para manter os animais em “seco". Eles também desenvolvem a técnica de aglomeração de manivas (cultura da mandioca), embora no alagado, para não perderem o material do próximo plantio (Figura 7).

Figura 7 – Técnica de aglomeração de manivas no alagado na região do Alto Juruá-AM.
Fonte: pesquisa de campo, 2021.

As limitações provocam entre alguns agricultores a vontade de migrarem para a sede municipal. A pesquisa revelou que 20,79% dos entrevistados têm esse tipo de pensamento. Os motivos para esse cenário envolvem questões financeiras, baixa demanda de mercado, infraestrutura, dificuldades produtivas, idade avançada, problemas de saúde entre outros. Entretanto, mesmo diante dos desafios, 79,21% revelam que não pensam em sair de seu estabelecimento. Afirmam que na agricultura, na pesca e no extrativismo já têm experiências e conhecimentos acumulados que lhes permitem seguir produzindo. Além do mais, relatam que podem produzir para o próprio consumo, não utilizando, necessariamente, o dinheiro para a compra de todos os alimentos que consomem. Situação que seria bem diferente caso se deslocassem para a parte urbana.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os desafios enfrentados pelos agricultores na região do Alto Juruá sejam muitos, evidenciados pela insatisfação em relação a diversas demandas nas áreas socioeconômicas e produtivas, a pesquisa realizada permitiu presumir que os agricultores permanecerão desenvolvendo suas atividades nos sistemas produtivos, pois apresentam uma racionalidade que os caracterizam, no sentido de que mesmo sob extrema condição desfavorável levam adiante suas dinâmicas de produção. O agricultor do Alto Juruá resiste às situações desfavoráveis, mas há casos em que ele considera melhor deixar sua terra e seguir em busca de outras oportunidades e melhores condições de viver.

A pesquisa possibilitou uma visão panorâmica da realidade como ocorre a dinâmica da vida das famílias agricultoras na região do Alto Juruá em termos sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais, ou seja, uma análise multidimensional das características que configuram a região e sua população. A vida política foi a que menos apresentou possibilidade de análise, uma vez que é de baixa dinâmica na região. Essa realidade tem deixado as comunidades mais vulneráveis em termos de articulações e laços comunitários. Tal cenário revela a demanda por maior atenção na vida política, com o desenvolvimento de estratégias e ações para não comprometer a manutenção e permanência das famílias e seus sistemas produtivos.

A investigação demonstra a realidade desafiadora das condições socioeconômicas e das práticas produtivas no Alto Juruá. São várias as problemáticas que atingem as famílias agricultoras na região, sendo precárias e insuficientes as condições de acesso aos serviços de educação, saneamento, energia elétrica, saúde, comunicação, transporte entre

outros. Embora se trate de serviços básicos e direitos fundamentais para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida das pessoas, o que se constatou nas comunidades do Alto Juruá foi a negligência na oferta de tais serviços.

O panorama da realidade da região demanda, com urgência, programas e políticas públicas que atendam às necessidades básicas da população que vive nos espaços rurais, considerando as particularidades locais. É preciso, de imediato, desenvolver estratégias e ações que visem, no mínimo, garantir com qualidade adequada o acesso à educação, saúde, comunicação, transporte, saneamento, energia elétrica entre outros serviços que são considerados importantes para o desenvolvimento socioeconômico e bem-estar das famílias.

Mesmo diante de muitas limitações, os agricultores revelam como melhor opção a permanência em seus estabelecimentos. A ida para outros lugares pode ser mais complicada, pois não têm experiências com outros ofícios. O costume, os laços culturais e a tradição são elementos relevantes que também justificam a permanência de muitos agricultores em seus locais, o que está presente nos relatos como “gosto de plantar”, "gosto de morar aqui", "nasci e me criei aqui", "aqui será melhor do que se mudar" dentre outros.

Por fim, é possível pontuar que as atividades desenvolvidas na agricultura, pesca, extrativismo e pecuária têm contribuído, de forma significativa, para a (re)produção das famílias nos espaços rurais da região do Alto Juruá. A terra, a floresta e os rios representam elementos importantes na vida dos agricultores, pois deles retiram os recursos para suprir as necessidades de suas famílias.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, B. F.; OLIVERIA, T. J. A.; SILVA, M. A. R. Eletrificação rural e desenvolvimento local: uma análise do programa Luz para Todos. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 11, nº 22, p. 117-138, jan./abr. 2013.

CARVALHO, A. V. Desenvolvimento de produtos e agregação de valor à mandioca. In: MODESTO JUNIOR, M. S.; ALVES, R. N. B. (Orgs.). **A cultura da mandioca:** aspectos socioeconômicos, melhoramento genético, sistema de cultivo, manejo de pragas e doenças e agroindústrias. São Paulo: Embrapa, 2016. p. 244-257.

CRISÓSTOMO, V. L. Desempenho da educação e desenvolvimento socioeconômico no Ceará. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração – RPCA**, Rio de Janeiro, v. 13, nº 4, p. 1-16, out./dez. 2019.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia:** as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. Tese (doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). PPGDSTU-NAEA, Belém, 2007.

FREITAS, J. L**. Sistemas agroflorestais e sua utilização como instrumento de uso da terra:** o caso dos pequenos agricultores da ilha de Santana, Amapá, Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias). ICA/UFRA, Belém, 2008.

GODOY, C. M. T.; NEVES, C. V.; OLIVEIRA, P. H.; CAMPOS, J. R. R. Comunicação e inclusão digital no área rural: Utilização de Aplicativo do Whatsapp como Meio de Comunicação e de Gestão de Negócios. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, ano 20, nº 58, p. 1-13, 2022.

HURTIENNE, T. Análise socioeconômica dos sistemas de uso da terra por pequenos agricultores agrários na Amazônia oriental. **Novos Cadernos NAEA-UFPA**, Belém, v. 7, nº 2, p. 171-192, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 2 de ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 2 de ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2021**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama. Acesso em: 2 de ago. 2024.

LOBÃO, M. S. P.; STADUTO, J. A. R. o rural e o urbano na Amazônia brasileira: um estudo a partir da abordagem territorial. **Boletim de Geografia***,* Maringá, v. 37, nº 2, p. 77-93, abr. 2019.

MARIN, J. O. B. Infância rural e trabalho infantil: concepções em contexto de mudanças. **Desidades**, Rio de Janeiro, nº 21, ano 6, out./dez. 2018.

MENEGHETTI, G. A.; SOUZA, S. R. A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 1, nº 5, p. 35-57. 2015.

MOURA, M. M. **Os Herdeiros da Terra:** parentesco e herança numa área rural. São Paulo: editora HUCITEC, 1978. 110 p.

NEPSTAD, D. C; MOREIRA, A. G; ALENCAR, A. A. **Floresta em chamas**: origens, impactos e prevenção do fogo na Amazônia. Edição revisada. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Belém, 2005.

PEREIRA, H. S. A multifuncionalidade da agricultura familiar no amazonas: desafios para a inovação sustentável. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 1, nº 5, p. 59-74. 2015.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 63-83. 2014.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. **Território rural Alto Juruá-AM**. MDA/SDT, Brasília, 2007.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento no Brasil 2013**. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-munic%C3%ADpios-2010. Acesso em: 9 de ago. 2024.

PUCCIARELLI, M. L. R. **Estratégia saúde da família em áreas rurais ribeirinhas amazônicas:** estudo de caso sobre a organização do trabalho em uma unidade básica de saúde fluvial de Manaus. Dissertação (mestrado em Saúde Pública). PPGVIDA-FIOCRUZ, Manaus, 2018.

ROCHA, P. M. R.; DOLABENETA, C.; FAVERO, E.; ROJO, C. A. A importância do associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da Comunidade Santa Luzia do município de Jesuítas (PR). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 7, nº 1, p. 7-28, jan./jun. 2018.

RIBEIRO, K. G.; ANDRADE, L. O. M. Educação e saúde em uma região em situação de vulnerabilidade social: avanços e desafios para as políticas públicas. **Interface**, Botucatu, v. 22, p. 1387-1398, supl. 1. 2018.

SANTOS, W. B. **Análise da eficiência da solução alternativa coletiva de tratamento de água (SALTA-z) para a potabilidade aplicada ao semiárido brasileiro**. Tese (doutorado em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais). PPGEGRN-UFCG, Campina Grande, 2022.

SILVA, I. C. **Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra no assentamento agroextrativista do Anauerapucu-AP**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional). PPGMDR-UNIFAP, Macapá, 2014.

SILVA, I. C. **Racionalidade camponesa no uso da terra na Pan-Amazônia (Brasil e Colômbia)**. Tese (Doutorado em Ciências). PROLAM-USP, São Paulo, 2021.

SILVA, I. C. Agricultura familiar na região do Alto Juruá-AM. **Boletim Paulista De Geografia**, São Paulo, v.1, nº 110, p. 233–256, 2023.

SILVA, I. C.; FILOCREÃO, A. S. M. Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados no assentamento agroextrativista do Anauerapucu-AP. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 4, nº 2, p. 121-147, 2016.

SILVA, I. C.; SUZUKI, J. C. Uso da terra e sustentabilidade na colônia agrícola do Matapi. In: FILOCREÃO, A. S. M.; PIZZIO, A.; THEIS. I. M. **Contradições do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira**. Florianópolis: Editora Nave, 1ª ed. p. 103-134, 2022.

SILVA, M. L. A.; SOARES, M. A. A importância da farinha de mandioca para a agricultura familiar e para o desenvolvimento regional local. **Studies in Social Sciences Review**, Curitiba, v. 4, nº 1, p. 25-55. 2023.

SILVA, R. B. L. **Diversidade, uso e manejo de quintais agroflorestais no Distrito do carvão, Mazagão-AP, Brasil.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). NAEA/UFPA, Belém, 2010.

VASCONCELOS, P. C. S. **Os sistemas agroflorestais de agricultores familiares do município de são Francisco do Pará:** principais barreiras e oportunidades. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias). ICA/UFRA, Belém, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 334 p.

Recebido: 25/02/2025
Aceito: 17/03/2025